

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana¹

Water resources in Bolivia: the women participation in the bolivian water war

Fabiola Rodrigues Pedrosa; Helena Pessoa do Vale; Isabella Cristine de Oliveira; Izabella Maria Ferreira Candido;
Patrícia Tamara de Souza Alexandre

Resumo

No artigo a seguir, trataremos sobre a guerra da água ocorrida nos anos 2000 na Bolívia, após a tentativa de empresas e governo de privatizarem a água. O que é interessante observar, pois na Bolívia especificamente, o recurso natural é um bem visto pela população como sagrado, justificando assim a guerra da água, como uma manifestação da insatisfação sobre a transferência de assuntos da política pública, para uma política privada. Os impactos da agenda ligada a privatização da água e a mobilização social das mulheres em Cochabamba - Bolívia, em 2000 possibilita a análise da participação das mulheres na guerra da água. Esse processo enseja compreender o papel fundamental da mulher na gestão da água como agricultoras, membros das comunidades e das cooperativas ou comitês da água. O presente artigo tem por objetivo, desenvolver uma análise ressaltando a participação das mulheres na guerra da água. Para tanto foi analisado a relação entre o feminismo e o poder, com base em referências bibliográficas sobre a participação das mulheres na guerra da água em Cochabamba, Bolívia. Ao final da pesquisa conclui-se que por mais que as mulheres enfrentem diversos problemas referentes à representatividade, tanto no âmbito público quanto no privado, as cochabambinas buscaram de forma ativa o reconhecimento ao seu direito à água, adotando instrumentos inclusive contra o governo, acontecimento que as empoderou no âmbito político e social.

Palavras-chave: Cochabamba. Crise Hídrica. Privatização. Empoderamento. Representatividade.

¹ Trabalho apresentado como requisito parcial da disciplina de Trabalho Interdisciplinar de Graduação IV - TIG IV: Recursos hídricos na Bolívia. Coordenado pela professora Marina Scotelaro de Castro do UNI-BH.

Abstract

The impacts of the agenda related to water privatization and the social mobilization of women in Cochabamba-Bolivia in 2000 made it possible to analyze women's participation in the water war. This process entails understanding the key role of women in water management as women farmers, community members, and water cooperatives or committees. This article aims to analysis the role of women in the water war. For that, the relationship between feminism and power was analyzed, based on bibliographical references on the participation of women in the water war in Cochabamba, Bolivia. The result of the research is that although women face several problems regarding representativeness, both privately and publicly, as cochabambinas battled for the recognition of the right to water, even using instruments to fight against the government, an event that empowered them, politically and socially.

Keywords: Cochabamba. Water crisis. Privatization. Empowerment. Representativeness.

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da participação política da mulher surge no mundo na virada do século XIX para o XX, quando a liberdade e o igualitarismo eram princípios defendidos somente para a vivência do homem ocidental, ou seja, totalmente excludente à mulher. Neste mesmo período – século XIX para o século XX -, mulheres do Reino Unido e dos Estados Unidos, em sua maioria da classe média, decidem se organizar, ir às ruas e desenvolver estudos na academia para legitimar e alcançar mais direitos políticos e civis, bem como dar espaço e voz às mulheres nas sociedades (CONSOLIM, 2017).

A partir de sua própria ação, mesmo que a repressão tenha perdurado por muitos anos e suas conquistas tenham vindo tardiamente, as mulheres foram capazes de demonstrar que a sua união pode trazer resultados efetivos. A Segunda e Terceira Ondas Feministas buscaram a consolidação deste fator e aderiram à multiplicidade não só de vivências das mulheres - da mulher negra, indígena, do campo -, mas também das inúmeras teorias feministas que surgiram a partir daí (CONSOLIM, 2017).

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

O presente artigo tem por objetivo analisar a participação das mulheres de Cochabamba no conflito conhecido como Guerra da Água, ocorrido na Bolívia nos anos 2000. Este conflito se insere no período neoliberal, iniciado na América Latina na década de 1990 e com ele a reestruturação econômica nos Estados latino-americanos. Neste processo, a privatização foi adotada em diversos setores como forma de fornecer e financiar serviços os quais o governo não demonstrava eficiência na sua prestação, afetando de forma direta a vida social, e assim, apresentando repercussões sobre cotidiano das mulheres e sua participação na política.

Os anos que antecederam a Guerra da Água no Vale de Cochabamba, foram marcados por uma caótica recessão hídrica devida à falta de infraestrutura e à má distribuição deste recurso. Grande parte da população não tinha acesso à água, ou se o tinha, a água era de má qualidade. Isto forçou as comunidades de Cochabamba, dos meios rural e urbano, a se responsabilizarem pela gestão deste recurso, exercendo as mulheres um papel fundamental até o presente (ALIAGA, 2007). Muitas mulheres da região - área que ainda passa por constantes secas - têm como parte do seu cotidiano a coleta da água em poços, rios e da chuva, a realização do tratamento caseiro do recurso e a sua distribuição de forma racional entre as atividades diárias. Neste aspecto, o desdém com que as tarefas consideradas domésticas são recebidas por uma grande parcela da sociedade neoliberal - voltada principalmente para o reconhecimento de ações que estão direcionadas para o retorno financeiro -, torna invisível o árduo trabalho feito pelas mulheres de Cochabamba. (ALIAGA, 2007)

Na Guerra da Água, a privatização da Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado (SEMAPA), empresa responsável pelo abastecimento de água na região, demonstrou o desinteresse do setor privado em resolver o problema hídrico de Cochabamba, ao adotar medidas voltadas exclusivamente para o monopólio privatista, o que impactou toda a sociedade e, de forma especial, as cochabambinas nos seus direitos, cotidiano e também como usuárias diretas do recurso (UDAETA, 2001).

Entretanto, a guerra promoveu a união da população em uma luta popular contra a privatização da água, e as mulheres de Cochabamba se firmaram como atores cruciais na conquista pela autonomia da gestão do recurso, tornando sua voz ouvida nos movimentos da

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

época. Elas foram capazes de quebrar estereótipos de vulnerabilidade e fraqueza ligados ao feminino ao se tornarem protagonistas de um conflito histórico na América Latina (UDAETA, 2001).

Dessa forma, o estudo visa mostrar as diferentes formas de atuação feminina na Guerra da Água e suas consequências, a partir da resposta à pergunta: Qual a participação das mulheres na Guerra da Água na Bolívia? Buscamos responder este questionamento a partir de artigos, em que constam não só visões acadêmicas, de um aspecto externo ao conflito, mas que apresentam também depoimentos de mulheres que se empoderaram politicamente e socialmente por meio das lutas.

2 CONTEXTO

Os princípios neoliberais de privatização de serviços, antes administrados pelo governo, de liberalização e consequente globalização dos mercados, ganharam força na América Latina nos anos 1980 e 1990. Não houve preocupação em como este novo modelo impactaria a população e a distribuição de recursos e serviços, o que acabou por gerar diversos conflitos sociais. Na Bolívia, a ascensão do neoliberalismo culmina na Guerra da água de Cochabamba, na qual o governo e o capital privado uniram-se para privatizar os recursos hídricos, demonstrando assim a falha do próprio aparato estatal na administração destes recursos (KRUSE, 2002).

Os movimentos sindicais bolivianos, fortes devido à tradição do COB (Central Obrera Boliviana), neste contexto, foram enfraquecidos em razão da informalização dos contratos trabalhistas, que levou à precarização das condições de trabalho e ao esvaziamento dos sindicatos (KRUSE, 2002). Estas mudanças de abertura de mercado, contenção dos gastos públicos e privatização congelaram a mobilização social sindical responsável por conquistas - principalmente de cunho trabalhista -, e deixaram a população boliviana à mercê do capital externo, culminando na sua crescente pobreza em prol do desenvolvimento e modernização. Além disso, passaram a cobrar altas taxas, visando a obtenção do lucro, de uma população que não estava preparada para isso (BIJOS, 2011).

Os atores internacionais importam neste conflito a medida que estes enxergam a necessidade de reconstruir as bases do Estado boliviano, orientando-as às perspectivas

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

neoliberais em quase todos os âmbitos da política e economia. Houve participação incisiva do Banco Mundial e do Banco Internacional de Desenvolvimento para que tudo confluísse para a privatização. A água, sendo fator elementar não só para a vida dos cochabambinos, mas também fator central para o setor de produção, tornou-se matéria prima de promessas eleitorais, e sua falta ou abundância para uns e outros atribui à mesma forte caráter político e social, ao demonstrar as desigualdades da região (KRUSE, 2002).

A escassez levou a população de Cochabamba a desenvolver diversas formas de captação, distribuição e uso da água, tanto para o setor produtivo, quanto para o consumo humano. A privatização leva não só ao desarranjo desta lógica de organização, mas também à apropriação do espaço, principalmente das terras do campo, onde pequenos proprietários e organizações locais que viam a água com um bem longe desta lógica de capital e sim como recurso central da organização socioeconômica (KRUSE, 2002).

A mulher assume um papel primordial no desenvolvimento latino-americano (BIJOS, 2011), o que é demonstrado, na Bolívia, pela participação não só da gestão de recursos hídricos, por meio das associações criadas pelos habitantes de Cochabamba, que estimulam a participação direta dos diferentes atores cochabambinos, mas também pela luta ativa contra a sua privatização (UDAETA, sem ano). As mulheres ocuparam diversos espaços na Guerra da Água, como dirigentes de movimento contra a entrada de grandes empresas e entrando na luta corpo a corpo, quando necessário. Essa tomada de consciência mostra que, apesar do machismo - norma cultural vigente nos países latino-americanos, definido “como uma celebração das expressões sexuais e sociais do poder masculino e sua virilidade” (BIJOS, 2011, p. 117), as mulheres foram capazes de tomar espaço e lutarem por demandas que eram não só delas, mas de toda a população.

Estudos de Ardaya (BIRJUS apud ARDAYA, 1983) colocam a Bolívia como um dos poucos Estados latino-americanos em que há organização e mobilização política perante as grandes problemáticas sociais. Estas atuaram em 1946-1952, nas lutas anti-oligárquicas do Movimento Nacionalista Revolucionário e, posteriormente em 1962, foi criada a União das Mulheres da Bolívia e a Federação Democrática das Mulheres da Bolívia, promovidas pela esquerda boliviana. (BIRJOS, 2011, p. 14). Essa tradição do envolvimento da mulher ascende novamente na Guerra da Água e mostra não só a superação de estereótipos historicamente

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

colocados, mas também que o envolvimento de todos na política é necessário para atingir determinados fins.

3 O PAPEL DAS MULHERES

É considerável ressaltar que as privatizações não são intrinsicamente boas ou ruins, mas no cenário boliviano o infortúnio veio em um país onde a água possui um valor sagrado, trazendo como consequência a Guerra da Água. Ocorrida em 2000, contou com protestos, solicitando que o governo disponibilizasse acesso à discussão sobre a Lei 2029, além de notável participação da sociedade para expulsar do seu território as Águas de Tunari, empresa do grupo norte-americano Bechtel. Foi uma forma de demonstrar a insatisfação da transferência de assuntos da política pública para a esfera privada, característica do neoliberalismo.

O impacto que a Guerra em Cochabamba obteve foi o despertar desses grupos que antes não desfrutavam totalmente de seus direitos e que, ao buscarem a sua efetivação, conquistaram uma maior participação política. Incluindo as mulheres, figura que é relacionada geralmente ao cuidado da casa e da família, desempenhou um papel significativo na revolta. Mas qual foi esse papel?

Durante a história e até mesmo no século passado, ainda havia pessoas que acreditavam que as mulheres tinham um “fundamento para a natureza” encontrando-se confinada dentro de casa e sendo inferior ao homem. Além da crença de que não eram aptas a papéis políticos e econômicos. Entretanto, isso tem mudado e as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço nos dias de hoje. Estas são vistas por muitos – infelizmente, ainda não por todos - como livres para participar qualquer âmbito, seja político ou econômico e que sua participação é indispensável na sociedade.

O movimento feminista cresceu muito durante a crise hídrica boliviana, possuindo uma junção de conhecimento sobre como o poder funciona, como é legitimado e perpetuado. Foi investigada a forma de poder que construída e exercida em esferas privadas como família, amigos, lares, e em lugares definidos como esfera pública: escolas, tribunais, bancos, bases militares e mais (ENLOE, 2007). As representantes bolivianas olharam ao seu redor e

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

reconheceram a forma de poder que foi construída durante sua história, no que diz respeito às esferas das quais faziam parte e resolveram se posicionar em relação a isso.

Além da questão de gênero, o feminismo explora o empoderamento da mulher. Mas é importante ressaltar que a discussão sobre gênero nunca será sobre questionar a feminilidade apenas, mas sim discutir e questionar sobre a masculinidade e o relacionamento entre eles. Há teorias feministas que abordam a questão da distinção da política pública e doméstica em relação à mulher, que tem como definição da fêmea como pertencente à esfera doméstica, disposta a particularidades emocionais e distintivas, que é “exigência” para a vida feminina, enquanto que o pensamento imparcial, desapaixonado e racional é ligado à vida pública do homem. (KYMCLICKA, 2006)

A participação ativa das mulheres cochabambinas deu-se por diversos meios: desempenharam o papel de chefes de bloqueio, mantendo a ordem e a paz no protesto; organizaram a alimentação dos participantes da guerra, pedindo doações de alimentos e posicionaram-se em relação aos militares, utilizando paus e pedras para enfrentá-los. Porém, essa não foi uma tarefa tão fácil de ser exercida pois, não foram inicialmente bem recebidas nos protestos. Por muitas vezes foram recepcionadas com tomates podres, urina e xingamentos. A princípio, algumas mulheres não conseguiram desempenhar seus afazeres domésticos e lutar por seus direitos e raramente eram convidadas a cargos maiores dentro das mobilizações, como se pode ver nos seguintes depoimentos:

Porque era evidente que havia participação das mulheres, mas não nos levavam em consideração, verdade, quem ia dirigir, quem ia conformar a comissão, quem ia fazer parte da Coordenadora e quem ia representar a Coordenadora eram somente os homens, e nós mulheres, tínhamos que fazer outras atividades, menos ir a liderança (UDAETA, 2001, p.07).

A verdade é que era um sofrimento para nós, não era bonito, temos deixado nossos animaizinhos e nossos afazeres, tínhamos que vir apressadas com nossos instrumentos de luta como as “hondas” [flechas de pedra] com cinza... Não podíamos nem ir cozinhar em nossas casas e temos saído todos de nossas casas, somente os moleques (filhos e filhas pequenas) ficavam; nos levantávamos às 4 da manhã e deixávamos pronto (UDAETA, 2001, p.06).

Percebe-se que não somente participavam da esfera doméstica, mas também se mostravam aptas a se posicionar em relação à política de seu país. Essas participantes se

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

colocaram à frente para romper aos poucos um sistema em que não colocava sua atuação em uma posição tão importante quanto aos homens.

No sistema autogerenciado, houve grande participação feminina no que se diz respeito às decisões das taxas a serem cobradas e os investimentos a serem feitos. A população recorria a comitês, cooperativas, associações para criarem seu próprio sistema de água. Consolidando seu trabalho, as mulheres se tornaram principais responsáveis sobre tais taxas, desempenhando uma tarefa de monitoria à qualidade do serviço e encontrando meios de economizar a água. E quanto ao seu aumento da cobrança pelo seu uso, posicionam-se contra e constantemente a favor da comunidade recebendo assim, o título de “Detentoras de direitos”.

Nas áreas rurais das regiões andinas, geralmente quem utiliza os direitos da água para irrigação, para a criação de animais e água potável, como categoria principal da família é o homem, enquanto que na Bolívia e particularmente em Cochabamba, é um direito familiar. A água está ligada a todos, e todos podem se posicionar e reivindicar seus direitos. Há um esforço da mãe de uma família boliviana, por exemplo, em lembrar seus filhos de lavar os pratos com uma menor quantidade de água, diminuir a frequência de banhos durante a semana, não desprezando assim seu papel na esfera privada na economia doméstica (BELTRÁN. 2004).

O papel feminino na revolta conseguiu trazer uma integração maior à sociedade cochabambina e isso fez com esta ganhasse força para negociar com o governo. As moradoras do campo e a sociedade rural tiveram grande representação por administrar de maneira efetiva os recursos hídricos – e saberem poupá-los –, e isto foi um dos motores para o crescimento do movimento contra as privatizações. É de conhecimento de todos que as mulheres estão em desvantagem social, uma vez que o sistema favorece os homens ao definir trabalhos e méritos, principalmente de cunho político/público, com foco no ideal masculino. Assim, quanto mais desigualdade sexual há em uma sociedade, mais isso se refletirá nas instituições os interesses masculinos e a discriminação arbitrária. A igualdade não é sobre apenas “querer ter papéis que os homens exercem”, mas sim pode criar papéis que ambos os gêneros tenham condição de exercer. Há teóricos que estabelecem definições importantes, como Elizabeth Gross (KYMCLICKA *apud* GROSS, 2006, p. 314), em relação à igualdade e a

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

autonomia da mulher, ao argumentarem que as mulheres devem ser livres para redefinir seus papéis, e essa atitude é mais uma questão de autonomia do que de igualdade. A autonomia, de acordo com a ótica da autora, diz respeito ao fato de a mulher poder estar em qualquer posição e ter a oportunidade de escolha, enquanto a igualdade é vista como o alcançar outros papéis que são negados pela sociedade. A autonomia permite que rejeitemos padrões e criemos um novo.

Pensadores contemporâneos como Mill, adotam a seguinte linha de pensamento:

(...) como um homem quando escolhe uma profissão, assim também quando uma mulher se casa, entende-se de modo geral que ela faz uma opção pela administração de uma casa e criação de uma família, como a primeira coisa que exige seus esforços, durante tantos anos da vida quanto sejam necessários para este propósito; e que ela renúncia, não a todas as outras coisas e ocupações, mas a tudo que não seja compatível com as exigências disso. (Mill e Mill, 1970)

Mill desenvolve a ideia de que a mulher deve ter maior participação e desempenhar o papel na esfera privada, reafirmando que a mesma fez um compromisso ao querer constituir sua família e deve cumprir seu propósito de vida somente em relação a isso e renunciar àquilo que não seja compatível no âmbito familiar.

No feminismo, há várias vertentes. Em relação à representação feminina boliviana, pode-se ver o momento em que as mulheres reconheceram o próprio poder na sociedade e entenderam a necessidade da busca por algo para além da igualdade: a autonomia. A autonomia das bolivianas permitiu que elas criassem um novo padrão e rejeitassem aqueles que foram propostos e enraizados nas instituições durante a história em seu país, contrapondo-se ao pensamento de Mill e demonstrando o equívoco da sua teoria restritiva do papel da mulher na sociedade: ao se casarem e constituírem família, não é necessário que haja renúncia por parte da mulher na esfera pública porque há uma responsabilidade com a esfera privada, chamada família, demonstrando assim que as mulheres são capazes de assumir ambos os âmbitos, público e privado.

Em 1792, Mary Wollstonecraft lançou uma crítica sarcástica em relação ao patriarcalismo em seu documento “Uma Reivindicação pelos direitos das mulheres”. Nesse documento critica como as mulheres são vistas como irracionais e, mais além, porque toda ideia que se diz respeito à revolução sempre está ligada ao homem. Por que era confiado somente ao homem a responsabilidade pelos direitos e obrigações dos cidadãos, enquanto a

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

mulher ficava responsável pela casa/família e era sempre ligada a sentimentos e emoções? Tinha que ser dona de casa, prover conforto, fazer compras, ser mãe? Ela sugere que tantos os homens como mulheres deveriam ser tratados como racionais, pois ambos possuem inteligência, capacidade, emoções e participação na sociedade no âmbito privado e público (ENLOE, 2007). Esta emancipação feminina perante o ideal conservador patriarcal é uma conquista de anos de luta e apesar de sua difusão, principalmente após a ascensão de uma ideia mais abrangente acerca do que é feminismo e do poder da mulher na sociedade, ainda não é um ideal aceito por todos os Estados, sejam estes liberais ou conservadores.

Força e vulnerabilidade representaram as bolivianas na Guerra da Água. Apesar disto, seu papel foi visto como secundário, não como uma liderança ativa a ser respeitada, não participando do gerenciamento, somente da consulta e da elaboração de relatórios, apesar da sua constante tentativa de envolvimento direto com as questões do conflito. Desta forma, é possível constatar que não foi dada a devida importância ao papel da mulher na Guerra da Água.

Fato é que o papel da mulher não pode ser ignorado. Se quisermos fazer uma análise de poder internacional, o papel da liderança e participação feminina tem que ser abordado, ou a análise será incompleta e falha no que se diz respeito à questão da dinâmica de poderes na sociedade.

4 A RELAÇÃO ENTRE O FEMINISMO E O PODER

O feminismo nos possibilita compreender e investigar o mundo através de sua ampla abordagem, que está em construção como um mosaico. Possibilita colocar as mulheres no centro de visão, mais observada, onde suas experiências, suas ideias, suas ações, reflexões são compartilhadas com um todo. O feminismo explora a fundo a imagem da mulher e com isso a imagem da desigualdade entre elas também é observada.

O feminismo emprega a habilidade da pesquisa nas ciências políticas, e as feministas estudam a dinâmica do poder, explorando esta em todos seus aspectos, inclusive em questões que se encontram além da abordagem de gênero e que se encontram

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

interligadas à construção de um social, acepção diferente da construída, onde se atribui o termo feminilidade às mulheres e ao homem, a masculinidade.

A figura de empoderamento das mulheres no século XX nos permite observar a imagem das egípcias, que tornaram a imagem de feministas nacionalistas que usavam seu véu mesmo quando eles enfrentavam a política armada controlada pelos britânicos durante seus comícios públicos, em 1919. Este exemplo nos permite entender o quanto a respeitabilidade feminina marcou um grande movimento nacionalista dirigidos por homens contra o domínio colonial para manter seu controle (BADRAN, 1996).

Cochabamba, Bolívia, é um exemplo completo da participação das mulheres no debate sobre a privatização da água. Sua movimentação marcou de forma objetiva e com grande importância para a resolução do conflito. As crises afetaram a população mais pobre, em geral, consequência da sua posição na sociedade, do seu pouco poder de voz na política, e afetou em particular a população pobre feminina devido à discriminação a que esta é submetida. Milhares de mulheres se movimentaram, atuando ativamente na Guerra da água. Elas dedicaram horas de trabalho diário para preservar, salvar e organizar a distribuição da água. Suas ações foram diversas em vários âmbitos da sociedade, tornaram-se membros de comitês e cultivaram a agricultura de forma consciente. No âmbito doméstico - geralmente invisível pela sociedade neoliberal que as limita à figura de membros não participantes da sociedade - elas atribuíram racionalidade à gestão do recurso, bem como afeição e cuidado. A sensação de pertencimento àquele espaço trouxe relatos e movimentação para cooperar com o movimento, neste relato da Julia que é residente em São Miguel em Cochabamba, é possível perceber o quão pertencente são as mulheres a este solo:

Por anos temos vivido correndo atrás do carro de água, muitas vezes minha filha me ajudava a recolher a água do carro que passava antes das cinco da manhã, de aí às vezes ela dormia e não ia à escola. Isso é o que muitas vezes enfrentamos na nossa zona, porque essa água que recolhíamos, tínhamos que guardá-la às vezes por dois ou três dias e era difícil. Daí nós termos nos organizado, minha mãe já não tem visto isto mais, temos tido uma cota entre todos, quase 3.000 dólares em dois temos reunido para ter nossa própria água. No comitê da água nós temos nos organizado e assim manteremos. (BELTRÁN, 2004, p.09)

Nos anos 2000, a desigualdade de gênero na Bolívia era alta. Segundo pesquisas feitas pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) em 2001, a Bolívia

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

ocupava o 94º lugar no índice de desenvolvimento de gênero, uma das posições mais baixas da América Latina. Para sustentar a informação, o PNUD (2002) apontou o desigual salário entre homens e mulheres - elas recebiam cerca de 66% do salário deles-, o acesso reduzido a alguns serviços - tinham acesso a metade dos serviços de saúde e educação em relação aos homens -, e o baixo nível de participação feminina nos espaços de decisões.

A mobilização popular que ocorreu em Cochabamba, na Guerra da Água, deixou ausente, em certos momentos da luta contra a privatização, a definição de papéis a partir do gênero. Homens e mulheres trabalhavam de forma coletiva, em prol do que acreditavam: “Nesta ocasião, o movimento não tem sido dirigido nem por políticos, nem por partidos, nem por irresponsáveis: a gente humilde e trabalhadora, todos nós temos discutido, temos decidido e temos executado” (OSAL, 2000, p. 07).

Embora a união e a reduzida distinção de papéis entre os homens e as mulheres tenham ocorrido nos movimentos durante a guerra, a diferença de objetivos específicos entre eles eram claros. A maioria das mulheres cochabambinas, quando perguntadas sobre os motivos de estarem envolvidas na mobilização, destacavam o ambiente doméstico, a necessidade da água para cozinhar, lavar seus filhos e cuidar da casa. Grande parte dos homens tinham como respostas iniciais as questões políticas e econômicas, como as altas tarifas que pagavam pelo uso e a dependência internacional que a privatização poderia vir trazer (BUSTAMENTE; PAREDO; UDAETA, 2003).

Butler (2003) afirma que o gênero é culturalmente construído, sendo assim, não inerente à biologia. A atitude das mulheres de Cochabamba na Guerra da água ao apontarem as questões domésticas e maternais como as motivações principais para se integrarem aos movimentos contra a privatização, é ilustrada pela famosa frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para as cochabambinas, assim como a maioria das mulheres no mundo, foi/é ensinado durante a sua formação que tarefas domésticas e cuidado dos filhos é algo quase que obrigatório no ser mulher.

Entretanto, as ações desenvolvidas pelas mulheres no conflito - ao chefiarem manifestações, organizarem e atuarem diretamente nos protestos - é o que Butler (2003) define como prática política feminista, ou seja, a realização de atividade sem agregar a ela uma identidade fixa (de quem pode ou não estar fazendo-a). Butler (2003) destaca a

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

necessidade de um sujeito estável para participar de atos políticos, em que a identidade do indivíduo estaria aberta, mas vigilante.

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar. (BUTLER, 2003, p. 213).

A participação das mulheres na guerra é marcada pela união que houve entre elas. Na elaboração dos protestos, no preparo da comida ou até mesmo na hora do embate físico com a polícia, elas – do campo, cidade, do mercado - solidarizavam-se umas com as outras.

Descarries (2000) fala da possibilidade de as mulheres travarem uma luta solidária a partir dos Estudos Feministas. Descarries (2000) acredita que as mulheres teriam a noção de um destino comum entre elas em momentos de conflitos, mas conscientes das diversidades de preocupações e experiências. Quando em 2000, as mulheres do campo chegaram ao centro de Cochabamba para manifestar contra a Lei 2029, elas foram discriminadas por mulheres e homens urbanos, que não reconheciam os motivos para a movimentação. Porém, à medida que o problema foi generalizando e afetando o centro e o meio urbano, as mulheres da cidade reconheceram que a união às ruralistas era essencial para superar o problema das altas tarifas.

5 CONCLUSÃO

O feminismo possui diversas vertentes, possibilitando assim o fortalecimento da busca pelo direito das mulheres por uma igualdade e autonomia. A discussão sobre sua participação sucedeu-se ainda no séc. XIX e XX, o que possibilitou o despertar feminino proporcionando uma expansão maior, ao que se diz respeito à sua atuação tanto na esfera privada como na pública. Segundo dados da CEPAL 2017, no Caribe e na América Latina continuam exibindo grandes desigualdades de gênero, baseando-se no estereótipo e na questão de divisões de papéis do homem e da mulher na sociedade. Após 17 anos dos adventos da Guerra da Água e do crescimento feminino no país, as bolivianas ainda enfrentam forte desigualdade por serem mulheres.

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

Em 2000, as cochambambinas batalharam juntamente ao restante da população pelo direito à água, uma vez que com a privatização da SEMAPA, não seria distribuída de forma justa. Logo, as mulheres que não possuíam grande representatividade, foram em busca de seus direitos e até usaram instrumentos para lutar contra o governo. Essas representantes conseguiram não somente obter esse recurso tão sagrado fora das mãos das transnacionais, mas conseguiram mostrar a sua voz na América Latina e em seu país, empoderando-as no âmbito político e social. Eram respeitadas até certa medida pelas autoridades policiais, uma vez que sempre os questionavam se possuíam figuras femininas na família. Trazendo o conceito de esfera pública e privada, trabalhada por Cynthia Enloe em 2007. Que as mulheres possuem papéis nessas duas esferas, porém a privada parece ser a única que a mulher tem participação, por isso é vista com a ótica que esses policiais tiveram durante a revolta e geralmente é a ótica da sociedade. Já as protestantes, questionavam os policiais com a intenção de mostrar que eles também possuíam uma figura feminina no seu lar, e que deveriam considerar sua participação na esfera pública.

Inicialmente a entrada feminina no movimento, não foi bem aceita fazendo com que fosse recepcionada com tomates podres. Por muitas vezes, nas vigílias, a água era compartilhada com todos exceto com as mulheres, mas mesmo assim não desistiram de participar providenciando água para todos, cozinhando para toda equipe, além de organizar horários de trabalho. Mas infelizmente o machismo ainda imperava no movimento, impedindo-as de ocuparem os cargos mais altos do movimento e posições de decisão. A busca por seus direitos e a resistência de continuar na luta, apesar da recepção nada calorosa por parte dos outros membros, demonstra as bolivianas exercendo o feminismo por meio da sua capacidade de exercer os mesmos cargos e funções dos homens. Esse episódio conseguiu explicar o poder feminino quando é trabalhado na sociedade para adquirir certos fins, o quão é importante se posicionar e buscar sua autonomia na comunidade patriarcal. Gerando assim possíveis mudanças no sistema, já que houve uma manifestação e transformação da esfera privada para a pública; se posicionando como participantes da comunidade que exercem sua cidadania. Apesar de grande representação feminina, não houve a prática da política feminista. A maioria sempre estava envolvida no caráter doméstico da mobilização, como

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

buscar água para cozinhar, banhar seus filhos e cuidar da casa, enquanto que os homens eram responsáveis pela parte política.

Segundo a FAO, 2014 a mulher tem um papel fundamental na agricultura familiar na América Latina e Caribe. Isto pode ser percebido na participação das camponesas que trabalham com este recurso. Confirma-se aí sua integração tão importante no âmbito familiar quanto no âmbito público: mesmo apresentando dificuldades, as mulheres lutam pelos seus direitos e dos demais.

A Guerra da Água foi um ocorrido marcante para a Bolívia, no que se diz respeito ao envolvimento da comunidade. Esse despertar foi de grande relevância para as mulheres se questionarem e se colocarem a frente dessa mobilização. Foi um pequeno começo, mas que proporcionou grande espaço para manifestar alguns dos muitos princípios que o feminismo carrega consigo, como a luta pelo poder, luta para uma prática política feminista - na qual não há uma identidade física para fazê-la – e, por conseguinte, conquistar seus direitos e da população, além de uma maior representatividade na sociedade.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Elizabeth. **Mujeres del Valle de Cochabama: Agua, privatización y conflicto.** Disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/international_epolitik/GIP4_span.pdf. Acesso em: outubro de 2017.

BIJOS, Leila. **“Mulheres Sul-Americanas: O presente mais que imperfeito”**, 2011. Brasília: Editora Universa – UCB. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSOLIM, Verônica Homsí. **A História da Primeira Onda Feminista.** Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/14/historia-da-primeira-onda-feminista/>. Acesso em 12 de Novembro de 2017.

COUTINHO, Maria; DIOGO, Maria. **A dialética da Inclusão /Exclusão e o Trabalho Feminino.** Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/354/35402107/>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

Recursos hídricos na Bolívia: a participação das mulheres na Guerra da Água boliviana

DESCARRIES, Francine. **Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural**. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/downloadSuppFile/5903/179>. Acesso em Outubro de 2017.

DRAPER, Melissa Crane. **Desafiando la globalización: Historias de la experiencia boliviana**. Bolivia: Plural Editores, 2008.

ENLOE, Cynthia. Feminism. In: GRIFFITHS, Martin. **International Relations Theory For The Twenty- First Century**. Nova York: Routledge, 2007.

GRIFFITHS, Martin. **International relations theory for the twenty-first century**. New York, NY. Editora Martin Griffiths, 2008.

KRUSE, Thomas. **“La Guerra Del Agua En Cochabamba, Bolivia: terrenos complejos, covergencias nuevas”**. Buenos Aires: Editora CLACSO 2002.

KYMCLICKA, Will. **Contemporary Political Philosophy - An Introduction**. Londres: Oxford University Press, 2006.

ROJAS, Mónica. **Cómo medimos género?: indicadores para el desarrollo local y municipal**. La Paz: Programa de Investigación Estratégica en Bolivia : Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2006.

UDAETA, Maria. **Bolivia: La Vision y Participacion de las Mujeres en la Guerra del Agua en Cochabamba Bolivia**. Sem ano. Disponível em: <http://genderandwater.org/es/productos-gwa/conocimiento-sobre-genero-y-agua/guia-para-la-integracion-de-genero-en-la-gestion-integrada-de-recursos-hidricos/estudios-da-caso-genero-y-la-girh/bolivia-la-vision-y-participacion-de-las-mujeres-en-la-guerra-del-agua-en-cochabamba-bolivia/>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017.